

ESCOLA NOVA:
POLÍTICAS DE RECONSTRUÇÃO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

ANDRÉ LUIZ PAULILO

ESCOLA NOVA:
POLÍTICAS DE RECONSTRUÇÃO

*A educação no Rio de Janeiro e
em São Paulo (1927-1938)*

EDITORA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª / 1724

P284c Paulilo, André Luiz
Escola Nova : políticas de reconstrução : a educação no Rio de Janeiro e em São Paulo (1927-1938) / André Luiz Paulilo. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2022.

1. Escola Nova – História. 2. Educação e Estado – Brasil.
3. Reforma do ensino – Brasil. I. Título.

CDD – 370.981
– 379.81
– 370.7

ISBN 978-85-268-1568-1

Copyright © André Luiz Paulilo
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

AGRADECIMENTOS

A pesquisa da qual este livro é o resultado provém de projetos financiados pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e desenvolvidos sob os bons auspícios do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp (CME-FE/Unicamp). Para que fossem realizados, os projetos contaram com o inestimável apoio e a solidariedade de colegas da linha de pesquisa de Educação e História Cultural do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Imprescindível para este estudo foi a atenção que me foi dada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, na Biblioteca da Faculdade de Educação da USP e nos diferentes órgãos da Unicamp onde, de fato, o principal do trabalho se realizou.

Agradeço o apoio das coordenações do CME-FE/Unicamp, primeiro por meio de Alexandro Paixão e, depois, de Arnaldo Pinto Jr., que foram sensíveis e solícitos ao trabalho que realizo nesse Centro por meio do Programa de Estudos e Pesquisa em História da Educação (Proephe-CME-FE/Unicamp). Aliás, no interior desse programa, que foi capaz de reunir um talentoso grupo de pós-graduandos da área de História da Educação, é preciso reconhecer, além da seriedade dos estudos que seus integrantes realizam, a generosidade com que contribuiram para os rumos desta pesquisa. Sílvia Vallezi, Cássia Kirchner, Carolina Cechella Philippi, Vanessa Konopczyk, Claudiana dos Reis de Sousa Morais, Ricardo Felipe Santos da Costa, Matheus Henrique da Silveira, Munir Abboud Pompêo de Camargo, Leandro Piazzon Corrêa e Rodrigo Leal da Silveira permitiram experimentar e compartilhar ideias e leituras acerca do

advento reformista da educação nos frementes anos de passagem da década de 1920 para a de 1930.

Na linha de pesquisa do PPGE/Unicamp, as oportunidades de arriscar a exposição de argumentos ainda em elaboração foram constantes. A regularidade dos seminários e colóquios organizados no seu interior encorajou apostas que, agora, espero que Heloísa Helena Pimenta Rocha, Maria do Carmo Martins, Anderson Trevisan, Edivaldo Góis Jr. e Arnaldo Pinto Jr. possam reconhecer muito daquilo que permitiram viabilizar.

De outra parte, há ideias que estão aqui depois de serem ensaiadas em comunicações de diferentes tipos cuja principal sorte foi contar com uma escuta atenta e interessada, além de qualificada. Da boa conversa ou do debate franco vieram contribuições que não posso deixar de agradecer a José Cláudio Sooma Silva, muito entendido das coisas do Rio de Janeiro, a Natália Lacerda Gil e ao grupo que soube reunir para estudar o fracasso escolar e do qual sou uma pequena parte, a Bruno Bontempi Jr., com sua arguta compreensão da pauliceia, a Maria Alice Rosa Ribeiro e Maria Silvia Hadler, que junto ao Centro de Memória-Unicamp apontaram para muitas coisas da história política, econômica e social desses tempos dos quais me ocupo.

A primeira leitura do texto original coube a Silvia Fernanda de Mendonça Figuerôa, Libânia Nacif Xavier, Maurilane Biccas, Carmen Lúcia Soares e Arilda Inês Miranda Ribeiro. Agradeço especialmente a discussão franca das ideias e dos propósitos da pesquisa que, para esta versão, permitiu aprimorar o texto que então leram como tese de livre-docência. Por fim, as repercussões que a pesquisa da qual resultou este livro trouxe para a vida de todo dia contaram com a compreensão de Maria Conceição Aparecida Fabiano e, mais ainda, com seu auxílio, inestimável.

SUMÁRIO

Introdução	9
Uma velha novidade.....	9

PARTE I

1 Uma política para a Escola Nova.....	21
Organização da Diretoria de Instrução Pública	24
A difusão da Escola Nova por meio da imprensa e do impresso.....	32
2 Mediações e mediadores da Escola Nova no Distrito Federal.....	43
A palavra oficial	44
O consórcio dos meios.....	51
A opinião publicada e a mediação difusa	60
3 Um nome da Escola Nova em São Paulo.....	71
Por outra escola em São Paulo	74
Magistério, política e Escola Nova	85

PARTE II

4 A Escola Nova em revista	103
Uma história a partir do ciclo de vida dos periódicos.....	105
Os significados da Escola Nova em São Paulo e no Rio de Janeiro.....	110
Políticas públicas de educação, práticas escolares e usos do impresso	113
5 As novas coleções pedagógicas.....	123
Escola Nova e empreendimento editorial	125
Uma política educacional editada	133

6	As instituições de uma ideia.....	145
	Entre pessoas e ideias, instituições	147
	Estar no poder: as políticas do mando	153

PARTE III

7	Além da Escola Nova.....	167
	Educação progressiva.....	171
	A transformação da escola.....	181
8	Um novo Código para a educação paulista	197
	O Código de educação e a sua elaboração.....	199
	A política administrativa da educação paulista	210
9	Memórias sobre o novo: do legado como projeto político.....	221
	Arrazoados da memória e da política	223
	Apurar a administração do ensino paulista	229
	Entre a conveniência do magistério e o escrúpulo administrativo.....	235
	A política educativa como consolidação de uma memória.....	240
	Conclusão	249
	Tornar novo	249
	Referências bibliográficas.....	261
	Legislações.....	283
	Periódicos	284

INTRODUÇÃO

UMA VELHA NOVIDADE

A história que se poderá ler aqui é a da educação pública num momento repleto de ideias e ações para expandi-la e transformá-la. O período, entre 1927 e 1938, é o da Escola Nova. Seus protagonistas são signatários do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, as instituições de que se ocupa, dirigidas por eles. Em torno da Escola Nova, também estão as ambições e inventivas que busco circunscrever. Portanto, seria impróprio dissociar do esforço de compreensão das mudanças que se reivindicou para educação pública à época o entendimento daquilo mesmo que se convencionou designar por Escola Nova. Não obstante a polissemia do termo e as implicações de seus princípios e escopo nos fazeres cotidianos das escolas, a expressão, no Brasil, empolgou politicamente por exprimir uma ideia de reconstrução, de rompimento com o passado, de mudança. Serviu ao “início da campanha, para marcar vivamente as fronteiras dos campos adversos”, como dirá Anísio Teixeira¹ quando se apercebe do que havia de combativo e atrevido no adjetivo. Campanha essa que teve em Fernando de Azevedo um importante agente – organizador, amigo e editor de muitos intelectuais, professores e jornalistas apoiadores da Escola Nova e reformador do ensino no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Influente no debate educacional especialmente após realizar a reforma da educação na capital federal, Fernando de Azevedo avaliava então que, ao instituir no Brasil “a escola para todos (escola única), organizada à maneira de uma comunidade e baseada no exercício normal do trabalho em cooperação”, tinha implantado “escolas novas para uma nova civilização”.² Sua convicção de que a renovação das finalidades da educação pública, dos meios e métodos

do ensino e, assim, da organização e funcionamento da escola exigia uma nova política de educação mobilizou muitos docentes nas tarefas de propaganda e popularização e, outro tanto ainda, nas atividades das numerosas comissões necessárias para a execução de todo um programa de reformas. Por toda a vida, Azevedo insistiu nessa dimensão de política pública que a sua ideia de Escola Nova adquiriu durante a reforma do ensino da capital federal. Entre 1931 e 1946, sua profícua atividade intelectual reiterava a cada nova obra a radicalidade das reformas de estrutura, de mentalidade e da política administrativa que empreendeu desde o Rio de Janeiro.³ A autobiografia que publicou em 1971 ainda insistirá uma última vez nesse ponto. Tratou-a ali como “a primeira das reformas mais radicais que se empreenderam no país”.⁴

Nesse movimento de renovação educacional, no entanto, o que Azevedo reivindica ter iniciado no Rio de Janeiro é apenas um dos ramos, visto que a Escola Nova teve outras expressões nacionais. Antes do Rio de Janeiro, a reforma do ensino em Minas Gerais, entre 1926 e 1930, estabeleceu sua versão de Escola Nova, na qual – mesmo o diretor da instrução do Estado, Mário Casasanta, sendo um dos signatários do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* – os compromissos políticos de Francisco Campos imprimiram outra conotação ao ideário de renovação. Também a Igreja elaborou uma versão particular de Escola Nova. Para ela contribuíram, inclusive, antigos colaboradores de Azevedo no Rio de Janeiro como se constata nas obras do período de Jonathas Serrano e Everardo Backheuser.⁵ Mesmo em São Paulo, circulou pelo *Anuario do ensino do estado* de 1917 uma versão, da lavra de Oscar Thompson, de Escola Nova que fazia jus às tradições de ensino da Escola Normal paulista de então e era muito diferente da proposta por Azevedo em fins da década seguinte.⁶ Vem dessas diferentes movimentações em torno da Escola Nova uma história de filiações e pertencimentos que convida à comparação.

Ocupei-me dela aqui apenas para compreender um dos ramos do movimento de renovação educacional do país, aquele que liga a capital federal a São Paulo. Também o fiz de uma perspectiva mais internalista e, portanto, especialmente interessada nos arranjos obtidos para administrar a propaganda e a popularização dos princípios e escopo da Escola Nova entre o magistério no Rio de Janeiro e em São Paulo e para controlar as comissões e serviços necessários à execução de cada novo programa de reformas. O material de análise que, então, reuni corresponde a cinco das reformas da educação pública

acontecidas no Distrito Federal e em São Paulo. Foi por onde passaram pela direção do ensino Fernando de Azevedo, primeiro no Rio de Janeiro, entre 1927 e 1930, e depois, em 1933, em São Paulo; Lourenço Filho, inicialmente em São Paulo, entre 1930 e 1931, e em seguida na capital do país, como diretor do Instituto de Educação, entre 1932 e 1936; Anísio Teixeira, entre 1931 e 1935, no Distrito Federal; e Antônio de Almeida Jr., em São Paulo, de 1935 até 1938. De modo que a comparação é, principalmente, entre as realizações dos signatários do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* no exercício do mando e da administração.

Havia mesmo uma proximidade entre Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Almeida Jr. Em *Figuras do meu convívio*, livro publicado por Azevedo em 1961, todos eles foram lembrados com textos de homenagem.⁷ Aproveitei, então, para averiguar as afinidades de propósito entre Azevedo e, de acordo com ele próprio, o *professor consumado* que era Lourenço Filho, o *prometeico* Anísio Teixeira e o *mestre consagrado* Almeida Jr.⁸ Nesse ponto, não se pode mesmo avançar muito mais do que a historiografia já atestou. Tratava-se de liberais, como os agrupou Cury, que viveram as contradições de um posicionamento desse tipo no Brasil do primeiro período republicano⁹ endossando, conforme tão bem entenderam Nunes e Carvalho, projetos de dominação autoritários.¹⁰ As reformas da educação pública que dirigiram e promoveram, ainda tão estudadas, quer em separado quer de forma agregada, compartilharam problemas, reagiram-lhes a partir de pressupostos idênticos e, principalmente, realizaram obra coesa tanto do ponto de vista doutrinário quanto prático.¹¹ Assim, à crítica social dos objetivos da escola e de como a instrução pública funcionava e estava organizada correspondeu a criação de serviços administrativos especializados, de instituições pós e periescolares e de todo um novo vocabulário pedagógico. Termos como escola funcional, ativa, do trabalho, centros de interesse, ensino global, jogos educativos, ensino por projetos e programa mínimo manifestavam práticas de uma mudança que era também da política educativa, suscitavam a mudança, conforme ensinaram, em Cambridge, Skinner e Pocock.¹²

Já as diferenças entre o que fizeram ou puderam fazer na atuação administrativa, editorial ou política conservam alguns veios de trabalho mais obstruídos que outros. Penso que a comparação entre as reformas que Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Almeida Jr. conduziram, aquilo

que publicaram ou fizeram publicar e a circulação de cada um pelos ambientes intelectuais e de poder favoreceu o entendimento da plasticidade da noção de Escola Nova e dos projetos aos quais se prestou. Em especial, a dificuldade que era lhe definir a forma também mostrou ser aspecto central da fortuna política de seus principais prosélitos. Não obstante a acurada percepção de Lourenço Filho de que “não existe novidade mais velha que a de ‘Escola Nova’”,¹³ renovar, tornar nova a escola foi tarefa controversa. Adjetivo útil no início da campanha, como pensava Anísio Teixeira, que preferiu, em vez disso, o termo progressiva, transformou-se em estorvo após a reação católica que o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* provocou e a recomposição de governo orquestrada por Vargas antes do Estado Novo. Ainda assim, não deixou de ser ativo político de importância na espécie de conciliação que o General Waldomiro Castilho de Lima quis promover em São Paulo, convidando Fernando de Azevedo para dirigir a educação do Estado, ou nas nomeações de Lourenço Filho para a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1938, e de Almeida Jr. para integrar a comissão, presidida por Lourenço Filho, que realizou os estudos preliminares do Plano Nacional de Educação em 1946.

Não são outros que não os itinerários dessa *novidade velha* e daqueles às suas voltas no Distrito Federal e em São Paulo que se desejou seguir aqui. Trata-se de um esforço de compreensão das diferentes condições de realização das reformas da educação pública pautadas por noções como escola única e do trabalho, ao modo de Azevedo, autonomia didática, conforme a aposta de Lourenço Filho, e escola progressiva, reivindicada por Anísio Teixeira. Está dividido em três partes. A primeira parte versa sobre as inventivas de Azevedo no Distrito Federal e de Lourenço Filho em São Paulo para circunscrever os sentidos da noção de Escola Nova e imputar-lhe um valor político. Ocupa-se, especialmente, dos modos como Azevedo e Lourenço Filho associaram à Escola Nova os fundamentos e os princípios político-pedagógicos das reformas do ensino que então dirigiram. Os modos de difundir esses mesmos fundamentos e princípios são aquilo de que trata a segunda parte. A essa altura, interessou compreender tanto a atuação editorial de Azevedo e Lourenço Filho nas diretorias de Instrução Pública do Distrito Federal e de São Paulo e nas companhias editoras Nacional e Melhoramentos, quanto os lugares e as instâncias ocupados pelos autores que puderam mobilizar, por um lado, nas revistas e coleções editadas e, por outro, no *Manifesto* do

qual foram signatários, posicionando-se em meio ao debate suscitado depois dos acontecimentos políticos de 1930. Na terceira parte, volta a predominar a preocupação com as reformas da educação pública em São Paulo e na capital federal. Entretanto, em vez das práticas e estratégias político-administrativas acionadas sob a designação de Escola Nova, explora-se já a implementação de políticas de renovação escolar em que as referências à ideia de Escola Nova deixam de ser centrais ou imprescindíveis.

Assim, é de um breve momento de construção de uma política de implantação da Escola Nova que, principalmente, trata este estudo. Da perspectiva sob a qual se observou aqui a atuação de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Almeida Jr. na administração central do ensino em São Paulo e na capital federal, as concepções e os propósitos que a noção de Escola Nova permitiu entretecer como política pública de educação configuram estratégias bastante específicas de difusão cultural, reforma dos serviços escolares e reorganização da carreira do magistério. A reação ao *Manifesto dos pioneiros da educação nova* de que foram signatários e as muitas diferenças de propósito e concepção em torno da noção de Escola Nova pareceram interditar a utilização desse termo quando do trabalho de fazer avançar o programa do próprio *Manifesto*. A escola progressiva defendida por Anísio Teixeira e a cruzada que, um a um e a sua vez e modo, Lourenço Filho, Azevedo e Almeida Jr. protagonizaram contra o clientelismo político e o patrimonialismo que anos de dominação do Partido Republicano Paulista (PRP) deixaram em São Paulo parecem centrais para entender as reformas e a administração educacionais depois de 1932. Ao menos nos textos e nas publicações de reforma que se seguiram ao *Manifesto*, a articulação dos princípios e das noções de reorganização da educação pública passava ao largo da noção de Escola Nova.

A inconveniência política da designação de Escola Nova após as reações da Igreja e, segundo Anísio Teixeira, de “alguns companheiros avisados de trabalho”¹⁴ ao *Manifesto* é a hipótese que as análises aqui experimentaram examinar. De modo que, de início, os capítulos reunidos na primeira parte deste estudo são dedicados à compreensão dos usos que Azevedo e Lourenço Filho fizeram dessa expressão e apresentam a maneira como se tratou a Escola Nova aqui. Em dois capítulos dedicados à reforma de Fernando de Azevedo, “Uma política para a Escola Nova” e “Mediações e mediadores da Escola Nova no Distrito Federal”, e em outro à administração de Lourenço Filho, “Um nome da Escola

Nova em São Paulo”, quis mostrar algo do que foi necessário mobilizar para conferir significado e sentido às reformas que eles dirigiram e do caráter compósito e estratégico da noção de Escola Nova que então promoveram. Por um lado, a associação que Fernando de Azevedo estabeleceu entre as ideias de escola única, escola do trabalho e escola comunidade e os princípios da Escola Nova toma-os como parte de um empreendimento público organizado de reforma escolar e para o qual vai dispor do seu próprio grupo de trabalho na Diretoria de Instrução e da imprensa como mediadores qualificados da sua política. Por outro, a prudência de Lourenço Filho em operar com o termo Escola Nova no trabalho com os diretores e os inspetores técnicos paulistas nos dias que se seguiram à deposição de Washington Luís e ao golpe no poder do PRP contrasta com a abrupta mudança do título da revista oficial da Diretoria de Ensino do Estado para Escola Nova. Nessa parte inicial, as diferenças que se buscou, por aproximação, explicitar entre Azevedo e Lourenço Filho informam sobre a variedade de condições de atuação e dos modos de fazer avançar, sob um programa de renovação educacional, toda uma proposta de reforma social em derredor da escola.

Na segunda parte, seguem outros três capítulos ainda voltados para as iniciativas de arranjo e composição de um sentido de empreendimento público organizado de reforma do ensino para a noção de Escola Nova. Diferentemente dos da parte anterior, no entanto, não se ocupam das reformas, mas da propaganda e legitimação dos seus princípios e escopo. Também dessa outra perspectiva, a Escola Nova emergiu polissêmica, como sugerem o capítulo 4, “A Escola Nova em revista”, ao cotejar o *Boletim de educação pública* com a *Revista Escola Nova*, e os capítulos 5 e 6, “As novas coleções pedagógicas” e “As instituições de uma ideia”, respectivamente, quando se detêm nas articulações que, por um lado, as coleções Bibliotheca de Educação e Biblioteca Pedagógica Brasileira e, por outro, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* promoveram. Assim, nessa parte, interessou compreender algo dos espaços de circulação das propostas de renovação do ensino e reforma educativa, dos modos como foram articulados e construídos e do sentido que criaram para a noção de Escola Nova. Inicialmente, a análise conjunta da primeira fase do *Boletim de educação pública* e do curto período em que a revista da Diretoria de Ensino de São Paulo circulou com o título de *Escola Nova* explora os impressos como instrumentos da política educacional. Sobretudo, é dedicada

à comparação das estratégias editoriais de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho quando diretores de ensino no Distrito Federal e em São Paulo. O capítulo seguinte insiste em nova comparação entre os trabalhos editoriais de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, mas já não mais como dirigentes. Dessa vez, as aproximações entre as coleções Bibliotheca de Educação, que Lourenço Filho organizou para a Editora Melhoramentos, e Biblioteca Pedagógica Brasileira, que Azevedo elaborou para a Companhia Editora Nacional, beneficiam o estudo da ofensiva que se pretendia “contra a literatura escolar tradicional”. Nessa outra frente de trabalho de Lourenço Filho e Azevedo, as muitas articulações então conseguidas de grupos e instituições e a criação de circuitos de especialização profissional sugerem que tanto a formação docente quanto a de um público leitor interessado nos problemas brasileiros fizeram parte dos esforços de transformação e expansão da educação pública. Por fim, um estudo do tipo de arregimentação que o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* realizou para afiançar e dar crédito aos propósitos de seus signatários encerra essa segunda parte. Trata-se de uma reflexão das manobras que deram sustentação ao referido *Manifesto* a partir do pertencimento institucional dos signatários e dos principais lugares de fala que ostentavam por meio das suas credenciais político-profissionais.

A terceira e última parte prestou-se a voltar para as reformas, mas no período subsequente ao lançamento do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*. Retoma da parte anterior um entendimento de que a ofensiva de 1932 em nome de uma educação nova foi o cerne de uma sutil mudança na atuação dos signatários desse *Manifesto* no comando das reformas do ensino público para estudar um recuo das suas posições. A preferência de Anísio Teixeira pelo termo escola progressiva, o silêncio de Azevedo acerca da Escola Nova ao trabalhar na elaboração do *Código de educação paulista* em 1933 e o modo como, na defesa desse *Código*, Almeida Jr. atuou, entre 1935 e 1938, para consolidar uma memória do movimento de renovação escolar no Estado deixaram as pistas que essa última parte das análises explora. À primeira delas dedica-se o capítulo 7, “Além da Escola Nova”, ao tratar da atuação de Anísio Teixeira no Distrito Federal para associar sua reforma à ideia de escola progressiva. Depois, o capítulo 8, “Um novo Código para a educação paulista”, detém-se no processo de elaboração do *Código de educação* de São Paulo e na forma como Azevedo agiu diante das dificuldades políticas da administração do ensino

paulista. Por último, no capítulo 9, “Memórias sobre o novo: do legado como projeto político”, o apêndice com os relatos de administração de Lourenço Filho (1930-1931), Sud Mennucci (1931-1932 e 1933), João Toledo (1932), Fernando de Azevedo (1933), Francisco Azzi (1933-1934) e Luís Motta Mercier (1934-1935), que Almeida Jr. fez publicar no *Anuario de Ensino do Estado de São Paulo* em 1936, permitiu aproximar diferentes compreensões do que se havia feito em São Paulo para mudar a educação. Como resultado, o conjunto sugere que a sutil mudança de posição de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Almeida Jr. tanto resultou de um cálculo político, intencional, quanto foi forçada, causada ora pelas violentas reações que o *Manifesto* suscitou, ora pelos acontecimentos políticos que acabaram por defenestrar Anísio e Azevedo dos principais escalões de governo.

Entre o esforço para se atribuir um sentido de empreendimento público organizado de reforma do ensino à noção de Escola Nova, que as primeiras partes deste estudo quiseram compreender, e a sutil mudança de posição dos signatários do *Manifesto* sugerida na sua parte final, houve outras frentes da atuação reformista que foi preciso considerar. Então, levaram-se em conta, nas páginas que se seguem, as diferenças entre os regimes políticos de antes e depois de 1930-1932, a diversidade do ambiente político de São Paulo e da capital federal e mesmo as direções e tendências distintas que, sob a designação de Escola Nova, as reformas carioca e paulista atribuíram à renovação escolar. Entretanto, e não obstante a dificuldade cada vez maior de oferecer explicações abrangentes ou uma visão geral do advento reformista da escola nas décadas de 1920 e 1930, arriscou-se buscar nas tentativas de então de dar autonomia profissional ao professorado e um novo ímpeto descobridor à educação o impulso comum àquilo que, cada um à sua maneira e possibilidade, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Almeida Jr. tomaram por tarefa criar.

NOTAS

- ¹ Teixeira, 1933, p. 20.
- ² Azevedo, 1931, p. 21.
- ³ Nesse sentido, conferir *Novos caminhos e novos fins* (1931), *Seguindo meu caminho* (1946), *A educação na encruzilhada* (1960) e *Figuras do meu convívio* (1973).
- ⁴ Azevedo, 1971, p. 97.

- ⁵ Ver, em especial, Serrano, 1932; e Backheuser, 1934.
- ⁶ No primeiro volume do *Anuario do ensino do estado de São Paulo*, publicado em 1917, Thompson, 1917, pp. 6-8 entendia a Escola Nova como um processo capaz de vulgarizar a educação integral e, assim, realizar “a formação do homem, sob o ponto de vista intelectual, sentimental e volitivo”. Mostrava compreender que se tratava da *self-activity*, da *self-education*, dos anglo-saxões a serviço da formação de brasileiros “orgulhosos da sua terra e da sua gente”. Não lhes escapava que era uma educação que preparava para a vida prática, uma escola de cultivo da iniciativa individual e de experiência social. No entanto, diferentemente de Azevedo, não se organizava em torno da ideia de trabalho educativo, de comunidade e de escola única.
- ⁷ É o caso também das *Memórias* de Lemme, 1988, vol. 2.
- ⁸ Azevedo, 1973.
- ⁹ Cury, 1978.
- ¹⁰ Ver, em especial, os títulos de C. Nunes, 2000; e de M. Carvalho, 1998a.
- ¹¹ Os estudos de Piletti, 1982; Penna, 1987; Gandini, 1980; 2005; e C. Nunes, 2000 são exemplos de estudos de reformas específicas do período. Já Monarcha, 1989; Frutuoso, 1999; Hanna Mate, 2002; e Paulilo, 2015 procuraram analisar o advento reformista de então articulando mais de uma das reformas do período.
- ¹² Especialmente por meio de Skinner, 1996; e Pocock, 2003.
- ¹³ M. Lourenço Filho, 1930b, p. 2.
- ¹⁴ Teixeira, 1933, p. 19.

PARTE I
